

O PASSADO COMO PASSAPORTE DO FUTURO

Da Amazônia ao Nordeste, das Minas Gerais aos demais estados do sudeste, de São Paulo ao sul, com destaque Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as raízes açorianas estão ofertadas aos leitores em livros que vêm ganhando espaços nas livrarias, nas casas das famílias, nas instituições culturais e nas bibliotecas das capitais e de muitas pequenas comunidades.

Tratar do passado, de nossos ancestrais, dos que nos antecederam, das raízes que nos dão sustentação no presente é mais que um desafio. É um convite ao reconhecimento de quem somos, como aqui chegamos, do que recebemos e, sobretudo, dar-se conta do que fizemos e estamos realizando para seguir a viagem no tempo. Se a perspectiva é legar ao futuro uma herança sólida, sem risco de perda, o passaporte desta viagem necessariamente é portador de registros que a memória não deve e nem pode apagar. Afinal eles nos identificam, são pistas e sinais identitários da nossa condição de ser: sujeitos do tempo nos diferentes espaços, ainda que distantes, mas muito perto pela origem comum, pelo elo que não ficou e nem está perdido. Mais que vivas, as lembranças dos fazeres e dos dizeres daqueles que vieram antes de nós, devem ser conservadas, ou seja, preservadas não para diletantismo, mas como bens que expressam a condição humana das comunidades atuais, quer onde elas estejam situadas. O que importa é resgatá-las, identificá-las e dar-lhes a condição de suporte à trajetória a ser seguida. Entretanto, este olhar e esta posição, ainda que não unânime para todos, é uma realidade em crescimento e destaque na atualidade.

A atitude humana exteriorizada até cerca de meio século atrás, ante o legado das experiências sociais, revelava



uma atitude com relação ao passado, como produção simbólica e material, dissociada de significação coletiva. Seria de se perguntar: porque essa herança, sua história, enfim, não era percebida como elemento fundante e constitutivo de comunidades há muito emergentes?

A resposta pode ser encaminhada no tocante ao debate que se desenvolveu em torno do peso e do nulo significado que tem o passado e de seus registros diante daquilo que constitui o moderno e a modernidade. A busca do novo solapou o acontecido, referido apenas como testemunho de um passado superado.

Entretanto em tempo recente, as dimensões culturais da existência dos grupos sociais, demarcados por características comuns, têm sido dimensionadas como um verdadeiro patrimônio. Ou seja, nessa perspectiva, a experiência coletiva e pessoal do presente, que vai se constituindo passado, deve ser remetida para o futuro, como um processo enfeixado por significados sociais. Assim posto “a identidade com o passado” não se reconhece como sentimento de perda, e sim de legado. Nestas condições, a história não é uma forma de conhecimento, e sim um “chão de enraizamento”. Justamente essa é a percepção que se vislumbra ao dimensionar o espírito que palpita nas comunidades açorianas dispersas espacialmente, mas unívocas, histórica e culturalmente.

De fato, remetendo o olhar prospectivo sobre o presente é sobranceiro constatar que os açorianos, quais andarilhos do tempo, deitaram raízes em múltiplos lugares no espaço planetário e se puseram a fazer suas vidas junto aos grupos sociais com os quais passaram a estabelecer relações indelévels e pontuais. Como nunca dantes, na atualidade, a noção de pertencimento aos Açores passou a ser um dado, um fato, um fundamento e um passaporte para o futuro de cada família e comunidade, assentada ou redimensionada pela presença de açorianos em sua base social. Se antes o silêncio ou o disfarce escondia a sua origem, a construção de um outro horizonte e um outro paradigma passou a nortear os laços e a criar sociabilidades que movimentam os grupos e os fazem próximos, a ponto de moverem-se ações intregadoras inusitadas.

No presente, a origem açoriana palpita em todos os continentes. A memória fala, a lembrança aguça, a recordação palpita e o passado se refaz. Emergente, a origem passou a ter um valor simbólico carregado do sentimento de “fazer parte”, de ser constitutivo e de recomposição dos elos dispersos “mar afora”.

Os vestígios do passado, na última década com maior força e visibilidade, vêm sendo escavados nos arquivos pessoais e familiares, bem como nos públicos e privados. Esta ação animada por muitos se corporifica como dimensão fundamental de cidadania, eixo fundamental e direito inalienável da condição humana. Em se tratando dos açorianos, essa dimensão ganha notoriedade, face sua especificidade histórica.

Esparramados pelas brumas do mar que pontilharam muitas terras, notadamente ao longo dos séculos XVIII a XX, ilhéus açorianos realizaram a diáspora e passaram a constituir uma comunidade internacional. Desafiados sim, muitos emigraram, tangidos pela alma partida, em busca de trabalho, de meios concretos de sobrevivência, para além mar, a sangrar horizontes, na expectativa de encontros e de reencontros. Foi a saída. Por onde ancoraram, suas marcas, sua herança cultural buscou espaço, apesar de reveses. Essa história e suas particularidades, captada não só no aparente tem sido buscada com vivo e incessante interesse pelos próprios emigrados na contemporaneidade, como pelos descendentes daqueles que há mais tempo partiram para outras plagas. Qual surto, como uma “epidemia”, alastrou-se a busca pela origem de base açoriana, com vigor tal que a genealogia ganhou espaço e dimensão como nunca dantes. A pergunta a ser feita é: por que esse interesse? Por que essa busca? Por que esse resgate de origens?

A resposta pode ser encaminhada por alguns caminhos. Com certeza, uma resposta a ser dada é: *para sabermos quem somos*. Afinal, ninguém ama o que não conhece. Ninguém reconhece o que não conhece. E ninguém proclama, o que não sabe.

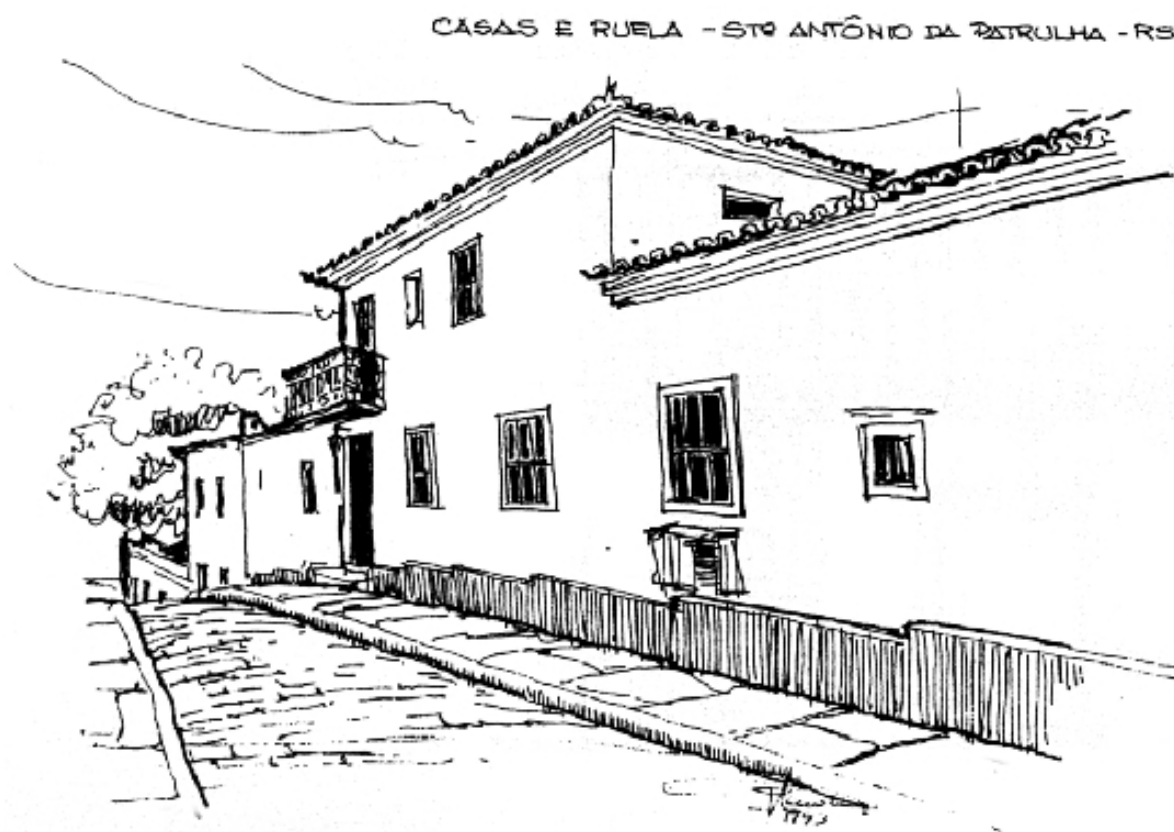
Sabemos sim, que o Atlântico separa continentes, mas ata, une e interliga vivências e realidades da geografia da fala portuguesa, em particular dos açorianos. E a busca de concretização de seus projetos de vida, além das ilhas, pôde e pode tomar rumo sadio e permeado de alegria de estar no mundo, e da compreensão porque e para que nele está, na medida do respeito ao que trouxe do berço, ao que carregou consigo como marcas de sua identidade. Eis que por aí se dimensiona uma outra reposta à pergunta anunciada – por que esse incessante apelo às raízes, ao reconhecimento de si, como pilar para a situação de caminho certo a ser trilhado e perseguido com a consciência de cidadania?

Em tempos de globalização e do avanço neoliberal, um dos dilemas da condição humana e cidadã é o de se

colocar diante da questão da identidade e do multiculturalismo. Se antes o moderno poderia vir a ser um risco à preservação do passado, agora o pós-moderno se põe como um gigante ameaçador da manutenção dos alicerces fundadores dos sujeitos e de sua idiossincrasia. Com a nova ordem mundial, o individualismo e o pluralismo reforçados, têm por base importantes mudanças ocorridas no campo tecnológico e do trabalho. Com a transnacionalização do capital no presente, a resistência tangencia a valorização do local e do específico, em contraponto à expansão do global em várias áreas. A saída buscada face o questionamento do *status quo* tem sido a valorização de vivências culturais localizadas, ligando as pessoas às suas comunidades, aos micro-espacos, onde buscam cultivar o *ethos*. Com as experiências de vida respeitadas, e de laços de parentesco reconhecidos e estreitados, se preserva a memória coletiva, bem extremamente caro aos que buscam edificar o futuro na perspectiva do reconhecimento de si, em resistência ao processo de alienação imposto pelo sistema atual que busca hegemonizar a sociedade mundial. Dito de outra forma, o projeto neoliberal vigente busca sua realização e consolidação através de alguns mecanismos, dentre os quais, um deles importante e com função ideológica, é o de apagar a memória coletiva e de sonegar o entendimento de quem somos, assim como a compreensão de nossa “cara cultural”.

Eis que se destaca aqui como importante e extremamente relevante o processo de aproximação das pessoas, das famílias e das comunidades que têm um fio que as interliga. Esse fio com muitas pontas, puxado de diferentes lugares, parte de um universo sociocultural aqui focalizado – o do arquipélago dos Açores – que tem sido internalizado mundialmente com vigor e respeito, potencializando a açorianidade como um fenômeno mundial. Esse é o entendimento de quem tem acompanhado o entrecruzamento de sujeitos em busca de suas origens, da identificação dos nomes de seus antepassados, do reconhecimento de seus parentes vindos do além-mar e sobretudo, ouvir dizer com fervor, da sua origem portuguesa situada nas ilhas dos Açores.

No Brasil, um país multiétnico, onde alguns se impõem com mais evidência, tem chamado à atenção de muitos, o crescente interesse e movimento de pesquisa genealógica voltada à origem açoriana. Nos arquivos, com documentação em diferentes suportes, e na mídia, onde sites oferecem respostas às perguntas ao passado, o número



de consulentes se agigantou, especialmente nos últimos dez anos. Da Amazônia ao Nordeste, das Minas Gerais aos demais estados do sudeste, de São Paulo ao sul, com destaque Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as raízes açorianas estão ofertadas aos leitores em livros que vêm ganhando espaços nas livrarias, nas casas das famílias, nas instituições culturais e nas bibliotecas das capitais e de muitas pequenas comunidades. Igualmente, equipes de pesquisas têm se constituído, assim como grupos se formaram para reviverem danças, cantarem e poetarem a açorianidade. Como realidade mais próxima, em nosso estado, situado no extremo-sul do Brasil, a Casa dos Açores e o Instituto Cultural Português têm articulado ações de preservação da memória coletiva de base açoriana. Paralelamente, genealogistas têm ganhado guarida no seio local, com destaque o *Memorial Açoriano* em mais de 50 volumes, fruto da pertinácia do pesquisador Luiz Antônio Alves, trabalho arguto realizado com a colaboração de sua esposa Sandra Alves.

Para esse panorama alvissareiro e postura de reconhecimento de pertença açoriana, inegavelmente a atitude adotada por parte do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, de procurar e localizar os que partiram das ilhas no passado mais distante ou mais recente, aliado à adoção de políticas culturais de aproximação intercontinentais com os “seus”, também “nossos”, é de vital relevância e portador de significado singular. Ou seja, um governo que promove a economia e outras frentes de administração da sociedade insular, e que igualmente se preocupa com os que emigraram é de fato louvável, pois denota respeito ao cidadão integral, numa perspectiva holística, diriam os latino-americanos. Por conseqüência, a recolha dos frutos colhidos da sementeira realizada por diferentes atores nessa empreitada, permite concluir na emergência do século XXI, que o futuro é alvissareiro, já no presente, pois o passado como passaporte faz emergir a solidária irmanação que aproxima comunidades, promove a cultura da fraternidade e o respeito à história de tantos que por séculos ficaram esquecidos. Ao dar-se voz ao passado, como experiência coletiva e multifacetada, e valorizar a cultura, enquanto manifestação material e imaterial da realidade social, como um bem que deve ser cuidado e preservado, transita a certeza de que um futuro mais humano e fraterno está por vir através da atuação consciente dos que irão assumir a tarefa em questão a ser empreendida.

A propósito, nessa direção Walter Benjamim destaca que: “Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar o futuro e, portanto, não pode julgar o presente.”

Com esta bagagem na mão, a viagem continua. Mas antes de “andarILHAr”, a palavra final é dada ao historiador gaúcho Francisco Riopardense de Macedo, que durante bom tempo pesquisou sobre a história e a cultura açorianas nas Ilhas, onde esteve por muitos meses compulsando documentos e ouvindo a muitos, do que resultaram interessantes trabalhos acerca do papel dos açorianos na formação do Rio Grande do Sul. Na 4ª página da capa do livro intitulado *Açorianos no Brasil*, editado por Frei Rovílio Costa (Edições EST), Riopardense de Macedo faz um convite para a leitura da obra, cujas palavras e significado transcendem as suas mais de mil páginas, e que por isso são aqui retomadas, por exatamente corresponder ao espírito deste trabalho. Ele escreveu assim:

“Precisamos ampliar o tempo e espaço para entendermos o mais geral. Crônicas, narrativas e registros formam fundos que nos transportam a um processo social. Vários séculos e espaços vazios, estão contidos nesta coleção. Os sucessos são uma seqüência, que a maioria dos leitores encontram no seu vizinho, no seu passado, e, por certo, no seu futuro também.

Do Amazonas ao Prata, todos se juntam trabalhando, colhendo e vivendo, há mais de quatrocentos anos. Uma visão de muitos, para explicar a relação dos Açores ilhéus, com os Açores do mundo.”

Uma boa andarILHAgem a todos!

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO

Historiadora da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul